Segurança hídrica de Manaus está sob risco crítico, revela novo estudo do Trata Brasil

Pesquisa revela que demanda por água na cidade deve crescer 7% até 2040, com avanço de 43% no setor industrial

SETEMBRO DE 2026 – Buscando analisar os desafios da segurança hídrica na região de Manaus, capital do Amazonas, o Instituto Trata Brasil, em parceria com a GO Associados, divulga o estudo "O desafio da segurança hídrica na região de Manaus e políticas de sustentabilidade". A região enfrenta obstáculos inéditos, com impactos diretos sobre o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento socioeconômico local.

A ÁGUA EM MANAUS

Manaus tem cerca de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2025) e 97% de cobertura de abastecimento de água. O sistema de abastecimento é misto, combinando captação superficial no Rio Negro, por meio de quatro sistemas, e captação subterrânea via um conjunto de 50 poços, resultando em 84% do volume de origem superficial e 16% subterrânea.

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o impacto potencial da mudança do clima para 2040 na disponibilidade hídrica da região está classificado, majoritariamente, como "classe crítica", indicando alta probabilidade de que a oferta de água se torne insuficiente no médio prazo, com uma parcela menor da região em "classe alerta".

As projeções para 2040, de acordo com a ANA, apontam aumento de 7% nas retiradas totais de água, com destaque para o crescimento de 43% na demanda do setor industrial e de 23% no abastecimento humano. Esse cenário leva a riscos de consumo elevado de água subterrânea associados a previsões de secas mais intensas, o que reforça a necessidade de diversificar a matriz hídrica, poupar as fontes subterrâneas e reduzir perdas e desperdícios.

Três aspectos são de extrema relevância para aprimorar a segurança hídrica da região: (i) diversificar a matriz hídrica com fontes de origem alternativa; (ii) poupar as fontes naturais de água e principalmente as subterrâneas que desempenham papel primordial no equilíbrio da vazão das águas superficiais; e (iii) gerenciar perdas gerais e desperdícios de água nos setores mais hidro intensivos da matriz de demanda da região.

O RISCO SUBTERRÂNEO

O uso individual descontrolado da água subterrânea, um recurso compartilhado, pode levar ao colapso coletivo. Alcançar a segurança hídrica significa garantir disponibilidade de água para as necessidades humanas, para a prática de atividades econômicas e para a conservação dos ecossistemas aquáticos, em um nível aceitável de risco relacionado a secas e cheias.

No Brasil, a outorga de uso da água é o instrumento legal que disciplina e controla essas retiradas, previsto na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. No Amazonas, contudo, a obrigatoriedade da outorga só passou a valer em 2016, por meio de portaria normativa do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), aplicável aos 67 municípios do estado, incluindo Manaus.

Estimativas apontam uma diferença expressiva entre o número de poços formalmente registrados em Manaus e o número real em operação: um estudo[1] indica que, até 2022, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Brasil (CPRM) tinha o registro de quase 5 mil poços em operação em Manaus, número inferior a estimativa de 27 mil poços em funcionamento produzida pelos autores, o que evidencia uma lacuna relevante de fiscalização e controle sobre o uso das águas subterrâneas no município, tanto em relação à captação subterrânea quanto à captação superficial sem outorga.

CONCLUSÃO - COMO REDUZIR A VULNERABILIDADE HÍDRICA?

Reduzir a vulnerabilidade hídrica passa por um conjunto de medidas que combinam tecnologia, planejamento e responsabilidade ambiental. O tratamento e o reaproveitamento de águas residuais, o reúso em processos não potáveis e a captação de águas pluviais ampliam as fontes disponíveis e diminuem a dependência de aquíferos e mananciais superficiais. Ao mesmo tempo, o monitoramento constante e a automação dos processos produtivos ajudam a identificar perdas e a tornar o consumo mais eficiente, fortalecendo a governança ESG das empresas.

Essa agenda também inclui a proteção de ecossistemas ligados à água, como o reflorestamento de margens de rios e a conservação de nascentes, além do uso responsável das águas subterrâneas, com atenção especial para evitar a superexploração e incentivar a recarga artificial

[1] Girard et al. (2023)

dos aquíferos. Educação ambiental e engajamento social completam esse esforço, na medida em que aproximam empresas e comunidades em torno de práticas mais conscientes. Por fim, alinhar essas ações às exigências regulatórias reforça o compromisso das companhias da região com a transparência e a sustentabilidade.

Vale ressaltar que a migração das indústrias para a rede de abastecimento tem um impacto positivo na estrutura tarifária do serviço, uma vez que o subsídio cruzado faz parte da garantia do investimento para a universalização dos serviços.

Para Luana Pretto, presidente executiva do Instituto Trata Brasil, o desafio da água está diretamente ligado ao planejamento. "Segurança hídrica se constrói com planejamento e mitigação de risco, e o caso de Manaus mostra isso com clareza. A cidade depende fortemente do Rio Negro, mas também recorre a poços que muitas vezes operam sem outorga e sem controle adequado. Investir hoje em reúso, uso racional e controlado dos poços e monitoramento e proteção de mananciais reduz riscos para a população e para as empresas. É assim que o país avança rumo à universalização do saneamento, com responsabilidade e visão integrada," finaliza a executiva.

Sobre o Instituto Trata Brasil

O Instituto Trata Brasil (ITB) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que surgiu em 2007 com foco nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Tornou-se uma fonte de informação ao cidadão para que reivindique a universalização deste serviço mais básico e essencial para qualquer nação. O ITB produz estudos, pesquisas e projetos sociais visando conscientizar o cidadão comum do problema e, ao mesmo tempo, pressionar pela solução nos três níveis de governo. A proposta é que todos conheçam a realidade do acesso à água tratada, coleta e tratamento dos esgotos e busquem avanços mais rápidos. Para mais informações, acesse: https://tratabrasil.org.br/.

IMPRENSA:

Ivan Rocatelli - Supervisor de Comunicação

(11) 99623-4668

imprensa@tratabrasil.org.br

Isabella Falconier – Analista de Comunicação Pleno

painelsaneamento@tratabrasil.org.br